



Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 314/2024

MENSAGEM GOVERNAMENTAL 50/2024

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

RELATORA: Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO

ALTERA o artigo 7.º da Lei n.º 4.774, de 14 de janeiro de 2019, que “DISPÕE sobre a atividade primária no Estado do Amazonas.”.

1. RELATÓRIO

O Poder Executivo do Estado do Amazonas apresentou a Mensagem Governamental de n. 50/2024, que altera o artigo 7.º da Lei n.º 4.774, de 14 de janeiro de 2019, que “DISPÕE sobre a atividade primária no Estado do Amazonas.”

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

É o breve relatório. Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Mensagem Governamental de n. 50/2024, busca alterar o artigo 7.º da Lei n.º 4.774, de 14 de janeiro de 2019, que “DISPÕE sobre a atividade primária no Estado do Amazonas.”.

Consoante Justificação, o Senhor Governador do Estado do Amazonas fundamenta a apresentação do projeto, em breve síntese, pontuando que o Projeto de Lei em visa alterar o prazo para a renovação do Cartão de Produtor Primário – CPP junto ao órgão estadual oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, de 2 (dois) para 4 (quatro) anos.

Acrescenta ainda que a medida, solicitada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, decorre da quantidade





Poder Legislativo
 Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

de cadastros no sistema, da capacidade do Instituto para operacionalizar as emissões e renovações e da dificuldade logística para o agricultor/produtor.

À vista disso, o presente PL apresentado pelo Poder Executivo possui o intuito primordial de fazer valer o princípio constitucional da eficiência no âmbito da administração pública, na forma do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 – CRFB/88, realizando alterações necessárias na legislação regional para o melhor funcionamento da máquina pública.

Portanto, quanto à competência para legislar, é sabido que a iniciativa para propor projetos de lei sobre organização administrativa, como pontua a ementa desta mensagem, é escopo do Chefe do Poder Executivo, que no caso em arguição é o Governador do Estado do Amazonas, propor tais normas que tratam sobre organização da administração pública, conforme art.33, §1º,II, alinha ‘b’ da Constituição Estadual do Amazonas – CE/AM, veja:

Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela EC n. 92 de 25.11.2015)

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II – disponham sobre:

b) organização administrativa e matéria orçamentária;

(grifo nosso)

Voltando à Constituição Federal é sabido que o art.7º, XX, consagra que é direito dos trabalhadores rurais e urbanos a proteção do mercado de trabalho das mulheres, logo, o presente Projeto de Lei busca assegurar esse direito fundamental estipulado em nossa Carta Magna, para garantir à mulher e à sua família melhores condições de vida, quanto ao dispositivo acima, veja:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;





Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

Atrelado a isso, o projeto de lei visa também garantir um dos principais fundamentos da carta magna, qual seja, a proteção da dignidade da pessoa humana (art.1º, III da CRFB/88), para que as mulheres tenham assegurados seus direitos fundamentais de livre exercício de qualquer trabalho ofício ou profissão, como dispões o art. 5, XIII Deste mesmo dispositivo. Vale ilustrar abaixo este último artigo da CRFB/88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Para acrescentar, o primordial valor deste projeto de lei é minorar ao máximo as desigualdades de gênero do Estado do Amazonas, seguindo um dos fundamentais objetivos da República federativa do Brasil, disposto no art. 3, III da CRFB/88, qual seja:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Quanto a competência para legislar sobre este assunto, a Constituição Estadual do Estado, estipula, em seu art. 33, caput, que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa a iniciativa das leis complementares e ordinárias.

Sendo assim, por todo o exposto, o PL em destaque não possui vício de iniciativa, bem como inexistente vício material, devendo assim prosperar, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei. Cumprindo então com seu escopo referente ao controle preventivo político.

3.VOTO





Poder Legislativo
Assembleia do Estado do Amazonas
Gabinete Deputada Alessandra Campêlo
Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR

Diante do exposto, considerando que o presente projeto não atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 314/2024, oriundo da Mensagem Governamental 50/2024.
S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de maio de 2024.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
ALESSANDRA CAMPÊLO
DEPUTADA ESTADUAL – PODEMOS
RELATORA





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 15/05/2024 10:56:54

